

ERRATA

Demonstrações Financeiras publicadas em jornais no dia 17/03/2017 - Informamos que em 14 de março de 2017 a Companhia protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários suas demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluindo o relatório dos auditores independentes sobre as referidas demonstrações financeiras emitido sem ressalvas em 14 de março de 2017. Em virtude de um erro operacional, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não foi divulgado junto a suas demonstrações financeiras publicadas em 17 de março de 2017 nos jornais Valor Econômico nas páginas E9 a E14 e Diário Oficial do Estado de São Paulo nas páginas 24 a 33. Diante deste fato, estamos efetuando a publicação do mencionado relatório dos auditores independentes nos mesmos jornais. São Paulo, 23 de março de 2017. Eduardo Ciro Leite Junior - CRC/SP 1SP293.471/O-0 - Contador. **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Unidas S.A. - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unidas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Vida útil econômica e estimativa do valor residual de veículos - Controladora e Consolidado:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui na rubrica de imobilização, no ativo não circulante, individual e consolidado, os montantes de R\$ 1.420.936 mil e R\$ 1.420.982 mil, respectivamente, relacionados a veículos destinados à locação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a sua vida útil econômica, base para o cálculo dos encargos de depreciação. Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Em função da relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho e da implementação dos controles-chave internos para a determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e do valor residual dos veículos destinados à locação. • Avaliação dos julgamentos exercidos pela Companhia e consideração das premissas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos veículos destinados à locação e do valor residual esperado destes, tais como data estimada e valor esperado de venda. • Consideração da adequação dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício por meio do recalcúlo e do valor residual atribuído ao ativo. • Avaliação da adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - Controladora e Consolidado:** Conforme Nota Explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, no ativo não circulante, individual e consolidado, os montantes de R\$ 53.111 mil e R\$ 65.846 mil, respectivamente, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, considerados recuperáveis com base em projeção de geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho e da implementação dos controles-chave internos relacionados à determinação das estimativas e dos cálculos relacionados aos impostos diferidos ativos. • Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento e inflação. • Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, sobre se a base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos era apropriada, tendo como referência a legislação tributária vigente. • Avaliação ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados, bem como a adequação do nível de divulgações apresentadas nas notas explicativas. **Avaliação do valor recuperável de ágio sobre combinação de negócios - Controladora e Consolidado:** Conforme Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui na rubrica de ágio, no intangível, individual e consolidado, os montantes de R\$ 48.841 mil e R\$ 48.843 mil, respectivamente, decorrentes de aquisições de investimentos cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros. A avaliação quanto à recuperabilidade do ágio incorpora premissas e julgamentos significativos em relação ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros. A Companhia avalia anualmente a probabilidade da ocorrência desses lucros futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços futuros, custos operacionais e taxa de desconto. Alterações nas premissas utilizadas poderão afetar de forma significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção do entendimento sobre os controles-chave internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas-base para a elaboração dos estudos de imparidade. • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ágio por meio do fluxo de caixa descontado ou, quando apropriado, pelo valor justo deduzido das respectivas despesas de venda, dos dois o maior, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas. • Comparação das premissas da Companhia com os dados obtidos externamente como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como avaliação da análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados. • Análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nos estudos e das divulgações apresentadas nas notas explicativas. **Reconhecimento da receita para venda de veículos seminovos - Controladora e Consolidado:** Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui na rubrica de receita líquida, individual e consolidado, os montantes de R\$ 592.650 e R\$ 595.235 mil, respectivamente, decorrentes do segmento de seminovos, cujo reconhecimento requer um controle minucioso para identificar o momento em que a Companhia transferiu integralmente ao cliente todos os riscos e benefícios e não mantinha envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância desta receita, à necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a ser reconhecidos e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte, os quais podem afetar o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação, desenho e implementação dos controles-chave internos relacionados ao processo de vendas. • Em base amostral, testamos se os critérios para reconhecimento contábil foram atendidos e realizamos testes documentais sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, analisando para os últimos dias do mês dezembro de 2016, período crítico que pode impactar uma receita reconhecida indevidamente, caso os riscos e benefícios não tenham sido transferidos aos clientes até 31 de dezembro de 2016. • Avaliamos os cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2017, referentes às vendas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios. • Adicionalmente, efetuamos testes analíticos de variações das receitas para identificar tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento dessas receitas e realizamos testes de lançamentos manuais a fim de avaliar se as receitas foram adequadamente reconhecidas. • Também consideramos a adequação das divulgações

apresentadas nas Notas Explicativas nºs 29 e 38 e das políticas contábeis da Companhia. **Capital circulante líquido negativo - Controladora e Consolidado:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos montantes de R\$ 410.471 mil e R\$ 387.518 mil, respectivamente, sobretudo em virtude das captações de empréstimos, debêntures e notas promissórias, arrendamentos, contas a pagar a montadoras de veículos e operações de securitização de contas a pagar para viabilizar o investimento significativo feito para compra de veículos visando ao crescimento de suas operações. Como o objetivo de avaliar a capacidade em honrar suas dívidas nos próximos 12 meses, a Companhia considerou o plano de contratação de novas operações de empréstimos e financiamentos e/ou renegociação de dívidas para 2017, o retorno a ser obtido com os contratos firmados de terceirização de frota, bem como elaborou análises que consideraram as projeções de lucros operacionais e fluxos de caixa futuros para os próximos 12 meses. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas-base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxos de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e a habilidade que a Companhia possui de saldar suas obrigações de curto prazo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas para as projeções de lucros operacionais e fluxos de caixa futuros preparadas pela Companhia, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, e considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado, com o objetivo de avaliar a capacidade da Companhia em saldar suas obrigações de curto prazo. • Envio de cartas de confirmação de saldos em 31 de dezembro de 2016 para 100% das instituições financeiras com as quais a Companhia manteve transações de dívida e/ou operações de securitização de contas a pagar durante o exercício de 2016. • Verificamos as dívidas contratadas pela Companhia durante o ano de 2016 e as captações efetuadas em 2017, divulgadas como eventos subsequentes às demonstrações financeiras. • Verificamos os contratos firmados em terceirização de frota que estão vigentes em 31 de dezembro de 2016 e que resultarão em recebíveis nos próximos 12 meses. • Avaliamos o cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) dos contratos de empréstimos, debêntures e notas promissórias que poderiam resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras. • Avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - Relatório da Administração:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicá-lo. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2017. **KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP01/4428/O-6 - Ulysses M. Duarte Magalhães - Contador CRC RJ-092095/O-8.**



Demonstrações
Financeiras **2016**

unidas



Outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento mercantil financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. **ii. Ativos arrendados:** Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **iii. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **n. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **o. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos de caixa pago que afetaram a DFC estão apresentados como divulgação suplementar abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total de aquisições de veículos**	(1.056.080)	(661.560)	(1.057.111)	(667.735)
Variação final do exercício (*)	(298.994)	(139.733)	(299.994)	(139.733)
Variação do balanço	160.261	(16.961)	160.261	(16.961)
Aquisição por arrendamento mercantil financeiro	32.664	-	32.664	-
Caixa pago na aquisição de veículos	(863.155)	(678.521)	(864.186)	(684.716)

(*) Os saldos iniciais e finais dos exercícios compõem-se da soma das rubricas de fornecedores e montadores de veículos e securitização de contas a pagar conforme Notas explicativas 20 e 21, respectivamente. (**) Considera-se a soma de aquisição de veículos e veículos em preparação.

ii. Outras transações

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Juros sobre capital próprio propostos exercício anterior (Nota 27)	(18.484)	-
Aumento de capital social com saldo de juros sobre capital próprio (Nota 27)	6.500	-
Caixa pago em juros sobre capital próprio	(11.984)	-

9. Normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia ainda não analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas e não planeja adotá-las de forma antecipada. **Revisão do CPC 3 (R2)/IAS 7:** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. **IFRS 9 (CPC 48) - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. **IFRS 15 (CPC 47) - Revenue from Contracts with Customers (Recita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. **IFRS 16 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Opções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. **Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações:** Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. **Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28) -** Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

10. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	5.904	3.578
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	-	22.183
Aplicações financeiras com garantia de recompra	32.575	71.289
Fundo de investimento	-	2.043
(-) Provisões IRRF sobre aplicações financeiras	(104)	(107)
38.375	98.881	36.988

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As aplicações financeiras com garantia de recompra são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra por parte dos bancos, e de venda pelo cliente, com taxas e prazos pré-determinados. Correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado e o CDI em 31 de dezembro de 2016 foi de 10,4% (10,1% em 31 de dezembro de 2015), e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Os títulos relativos às aplicações financeiras com garantia de recompra estão classificados como "Caixa e equivalentes de caixa", por possuírem prazo de carência inferior a 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

11. Aplicações financeiras:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de investimento	35.594	43.921
	35.594	43.921

Refere-se a fundo de investimento, que reflete as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, possui liquidez variada desde que seja repositivo de acordo com o que determina o agente fiduciário, e não possui risco de mediações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo remunerado com taxas de até 102% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2015), e mensurado ao valor justo em contrapartida do resultado. Esse fundo é destinado ao pagamento do serviço da dívida das emissões de debêntures da Companhia, apresentadas na nota explicativa 23.

12. Contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Locações	117.644	103.641
A faturar	3.374	3.446
Carros alienados para renovação da frota	20.763	34.892
Outros valores a receber	-	14
	141.781	141.979
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(5.784)	(3.700)
	135.997	138.279
Ativo circulante	118.016	119.205
Ativo não circulante	17.981	19.074

A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
A faturar	3.374	3.446
Faturados:	88.109	84.917
Vencidos	13.475	12.057
1 a 30 dias	4.690	5.968
31 a 60 dias	2.992	3.496
61 a 90 dias	1.442	3.242
91 a 120 dias	19.347	18.218
121 a 365 dias	8.952	10.635
Vencidos há mais de 1 ano	141.781	141.979

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Saldos no início do exercício	(3.780)	(16.030)
Constituição da perda estimada (a)	(1.775)	(5.392)
(-) Reversões	11.991	17.918
Saldos no final do exercício	(5.784)	(3.700)

(a) A constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução das contas a receber. É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, incluindo principalmente saldos vencidos há mais de um ano, análise individual de determinados clientes e cobranças em discussão judicial.

13. Impostos e contribuições sociais a compensar:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
IRRF sobre serviços prestados	147	131
IRRF sobre aplicações financeiras	2.492	8.999
IRPJ a compensar	4.815	2.138
CSLL a compensar	2.366	1.291
PIS/COFINS a compensar (a)	5.218	2.109
Outros	178	176
	15.216	14.844
Ativo circulante	13.140	12.768
Ativo não circulante	2.076	2.076

(a) Os créditos de PIS/COFINS em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se principalmente ao registro de créditos extemporâneos sobre gastos com publicidade e propaganda, despesas com terceirização de serviços de tecnologia da informação e benefícios à empregados.

14. Despesas antecipadas:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Premios de seguros	162	597
Seguros obrigatórios e licenciamentos de veículos	304	695
Gastos com preparação de veículos usados	1.314	1.351
Despesas com projetos	856	-
Serviços de terceiros	643	643
Despachantes	216	584
Alugueis	137	137
Outras	184	405
	3.816	3.632

15. Divulgações sobre partes relacionadas: Controladas: Conforme mencionado na Nota Explicativa 2, a Companhia possui as seguintes controladas: Unidas Locadora de Veículos Ltda.: Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio "rent a car" ou "RAC". A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Locadora de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2016 e 2015; Unidas Comercial de Veículos Ltda.: Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio de venda de veículos usados que os clientes operam como parte de pagamento na compra realizada na Unidas S.A.; e a Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Franquias de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2016 e 2015; Unidas Franquias do Brasil S.A.: Controlada indireta sediada no Brasil, que conduz o negócio de Franquias. A controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. detém participação societária de 99,99% na Unidas Franquias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **Acionistas:** Principal - Gestão de Ativos e Consultoria Administrativa e Financeira S.A.: Empresa sediada em Portugal, que detém participação societária de 34,7% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016 e 2015; e Enterprise Holdings Brazil LLC.: Empresa sediada nos Estados Unidos, que detém participação societária de 20% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016, adquirida em 31 de outubro de 2016, conforme divulgado na Nota explicativa 27; Kinea I Private Equity Fund de Investimento em Participações e a Kinea Co-Investimento II: Fundos situados no Brasil, que detém, respectivamente, participação societária de 3,8% e 11,3% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016 (5,4% e 16,3% em 31 de dezembro de 2015). São empresas geridas pela Kinea Investimentos Ltda., uma empresa de investimentos alternativos do Grupo Itaú com gestão e operação independentes; Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações: Fundo situado no Brasil, que detém participação societária de 15,1% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016 (21,8% em 31 de dezembro de 2015). O Vinci Capital Partners é gerido pela Vinci Partners Investimentos Ltda., empresa independente com atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira; GIF IV Fundo de Investimento em Participações: Fundo situado no Brasil, que detém participação societária de 15,1% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016 (21,8% em 31 de dezembro de 2015). O GIF IV Fundo de Investimento em Participações é gerido pela Gávea Investimentos Ltda., e Os saldos e transações realizadas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Juros	26.177	(5.317)	11.402	26.745
Valores a receber	109.236	7.232	118.342	9.928
Valores a pagar	25.453	-	24.616	-

16. Investimentos: As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas

17. Veículos destinados a venda:

	Unidas Locadora		Unidas Comercial		Unidas Franquias (a)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	180.874	178.261	4.101	6.487	28.863	24.627
Passivo	131.128	135.675	12.995	14.506	11.090	9.908
68.866	(11.343)	49.745	42.586	(8.293)	(8.293)	(8.019)

Informações sobre as controladas:

	Unidas Locadora		Unidas Comercial		Unidas Franquias (a)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	180.874	178.261	4.101	6.487	28.863	24.627
Passivo	131.128	135.675	12.995	14.506	11.090	9.908
68.866	(11.343)	49.745	42.586	(8.293)	(8.293)	(8.019)

18. Imobilizado: As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas

19. Intangíveis:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Software (a)	23.249	10.224
Acordo de não competição	729	48.841
Carteira de clientes	17.991	101.034
	3.064	-
	26.313	10.224
	2.050	-
	28.363	10.224
	(15.378)	(2.584)
	(2.819)	(1.511)
	(18.197)	(4.095)
	(2.979)	(993)
	(21.176)	(5.088)

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização.

20. Fornecedores:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Montadoras de veículos	84.069	66.316
Serviços de mecânica e manutenção	6.238	4.907
Serviços de sublocação	975	636
Propaganda e marketing	466	610
Fretes	1.088	1.024
Comissão com Agências	41	70
Augel	170	313
Comissão com franqueados	150	128
Diversos fornecedores	4.280	6.299
	97.477	80.303

21. Securitização de contas a pagar: Este saldo refere-se a securitização de contas a pagar decorrentes de compra de veículos para renovação da frota junto às montadoras, em que a montadora efetua o desconto de tais títulos junto a instituições financeiras, operação denominada também como "risco saçado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, tornam-se o credor da operação. Essa operação não alterou significativamente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos. O prazo médio de negociação da Companhia é de 122 dias com taxa média de 1,27% a.e.m. (90 dias e taxa média de 1,17% a.e.m. em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, a Companhia não concede nenhum tipo de garantia para as operações de securitização de contas a pagar.

22. Empréstimos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Securitização de contas a pagar	222.379	7.440
Custos a amortizar	(6.454)	(7.032)
215.925	73.417	

Moeda Estrangeira

	Modalidade	Vencimento	Moeda	Encargos anuais	Controladora e Consolidado
					31/12/2016
Itaú	Capital de Giro	Março/16	USD	25,70%	25.702
Santander	Capital de Giro	Março/16	USD	12,62%	12.622
HSBC	Capital de Giro	Março/16	USD	12,62%	12.622
Santander	Capital de Giro	Fevereiro/17	USD	49,24%	49.242
Santander	Capital de Giro	Maio/17	USD	102,36%	102.362
Total em moeda estrangeira					138.452
Passivo circulante					138.452
Passivo não circulante					102.362

23. Debêntures e notas promissórias:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Juros	26.177	(5.317)
Princípio	258.272	491.184
Amortização	(2.584)	(1.511)
Resgate	(18.197)	(4.095)
Amortização	(2.979)	(993)
	(21.176)	(5.088)

24. Taxas médias anuais de depreciação

	31/12/2016	31/12/2015
Veículos	8,4%	10,4%
Accessórios	45,4%	41,3%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benefitórias em imóveis de terceiros	20%	20%
Outros ativos	20%	20%
Imóveis	4%	4%

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização.

25. Taxas médias anuais de amortização

	31/12/2016	31/12/2015
Software	20%	20%
Acordo de não competição	14,78%	14,78%
Carteira de clientes	20%	20%
	9,09%	9,09%

Table with columns: Título de dívida, Emissão, Vencimento, Indexador, Quantidade, Valor de captação, Amortizações, Garantias, 1º Plano, 2º Plano. Rows include Debêntures 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª emissões and Notas Promissórias 5ª emissão.

Table with columns: Índice, Restrição, Attingido em 31/12/2016, Attingido em 31/12/2015. Rows include 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª emissões de debêntures and Notas Promissórias 6ª emissão.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos. Custos de transação a apropriar: Os custos de transação a serem apropriados ao resultado em períodos subsequentes são compostos como segue:

Table with columns: Controladora, Reconhecido no resultado, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Total dos impostos diferido ativos, Depreciação acumulada de veículos, Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação de controlada.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Despesas de swap, Variações monetárias e cambiais passivas, Outras despesas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Controladora e Consolidado. Rows include Despesas de juros, Receita de swap, Receitas de aplicações financeiras, Variações monetárias e cambiais ativas, Outras receitas financeiras.

(*) Saldo apresentado na nota explicativa 22. f) CDI x Taxa Real: A Companhia visando se proteger do

risco de perda de rentabilidade nos contratos de Gestão de Frota pela variação das taxas de juros e manter a sua competitividade, contratou operação de *hedge*, chamadas "Call de DI" ou "Swap de arrendimento". A tabela abaixo demonstra os valores da operação de *hedge* contratada visando a proteção com relação as variações futuras das taxas de juros:

Banco	Moeda	Taxa	Início	Vencimento	Valor		MTM em	MTM em
					Nocional	Prêmio Original		
		swap - CDI	Junho/2015	Março/2017 a Dezembro/2018				
Itaú	Reais	Taxa pré	2015	2018	231.000	1.983	741	4.670
		swap - CDI	Novembro/2015	Março/2017				
Santander	Reais	Taxa pré	2015	Saldo swap (**)	16.000	66	19	32
					247.000	2.049	760	4.702

(**) Saldo apresentado na linha de outros créditos em contrapartida de receitas/despesas financeiras no resultado. **e) Análise de sensibilidade:** Conforme requerido pela ICVM 475/08 a Companhia também efetuou testes de deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme demonstrado: e1) *Varição da taxa do CDI:* Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos indexados ao CDI é de R\$ 69.061 (R\$141.348 em 31 de dezembro de 2015) e o de endividamento (incluindo contratos de debêntures, arrendamento mercantil financeiro, notas promissórias e empréstimos, líquidos dos instrumentos financeiros - *swap*) é de R\$ 985.008 (R\$865.233 em 31 de dezembro de 2015). *Varição da taxa do CDI:*

Operação	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa anual efetiva do CDI conforme cenários previstos	14,00%	17,50%	21,00%
Divida indexada ao CDI, líquidas de instrumentos financeiros	(985.008)	(985.008)	(985.008)
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas ao CDI	69.061	69.061	69.061
Divida líquida	(915.947)	(915.947)	(915.947)

Efeito nas despesas financeiras
 Conforme taxas efetivas (128.233) (128.233) (128.233)
 Conforme cenários previstos (128.233) (128.291) (192.349)
Aumento nas despesas financeiras - (32.058) (64.116)

e2) *Varição da taxa do IPCA:* Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de endividamento indexado ao IPCA (incluindo contratos de empréstimos e debêntures e notas promissórias) já havia sido liquidado, e foi de R\$ 40.353 em 31 de dezembro de 2015. **f) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros usado pela Companhia e suas controladas para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram e gerenciam permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures e notas promissórias, sendo os principais índices de endividamento *Total Debt/EBITDA* e *Net Debt/EBITDA*. **g) Gestão de capital:** A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado. Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretivo da Companhia monitora constantemente as operações financeiras para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção ("*hedge*") considerados padrão e com riscos conhecidos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração a Companhia.

36. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequada para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	Modalidade	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Veículos	Cobertura total (Danos materiais)	436.002	505.768
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos materiais)	1.231.315	1.321.185
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos pessoais e morais)	1.501.295	1.708.265
Predial	Cobertura total (Danos materiais)	13.952	13.952
		3.182.564	3.549.170

A DIRETORIA

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga, nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Unidas S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 14 de março de 2017

Carlos Horácio Sarquis - Diretor-Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor
Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor

37. Compromissos: A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de veículos automotores sem condutor nos 22 principais aeroportos do país, enquanto seus franqueados conduzem essas mesmas operações de locação de veículos em outros 21 aeroportos, em nível nacional. Essas operações de locação de veículos, são realizadas por meio de procedimento licitatório, em que a Companhia ou seus Franqueados sagram-se vencedores e assinaram contratos de concessão de uso de área, tendo como empresa concedente a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, ou empresas privadas com contratos de concessão de uso de aeroportos, ou empresas Municipais e/ou Estaduais, responsáveis pela gestão de aeroportos em seus respectivos Municípios ou Estados. O objeto dessa contratação é a concessão do uso de área destinada à exploração comercial de locação de veículos, que pode ocorrer por meio da instalação de um balcão (box) nas dependências do aeroporto, para o oferecimento de locação de veículos, ou ainda, por meio da concessão de área para que seja possível oferecer os mesmos serviços, porém, com a possibilidade da guarda dos veículos (pátio) nas dependências do próprio aeroporto. Os preços pagos pela concessão do uso de área junto aos aeroportos podem ser um valor fixo mensal ou um valor fixo mínimo mensal, que varia de acordo com a localidade de cada aeroporto, acrescido de um valor variável adicional, a ser calculado de acordo com o faturamento bruto mensal da loja instalada naquele aeroporto, que pode variar de 5% até 8,5%. O valor fixo mensal ou valor fixo mínimo mensal é reajustado anualmente por meio de índices governamentais, sendo em sua maioria, reajustados pelo INPC. Também poderão ocorrer reajustes em função de mudanças tributárias que afetem a saúde econômico-financeira dos contratos, ou mesmo se estiver abaixo da prática de mercado. O prazo médio de vigência dos contratos de concessão é de 60 meses, e podem ser renovados a exclusivo critério dos aeroportos, respeitado o prazo mínimo e máximo previsto no § 2º do artigo 1º da Lei 9.074/1995. Nas áreas concedidas, em algumas situações já existe uma estrutura e o concessionário não precisa realizar construções/benfeitorias, porém em outras situações somente é concedida a área, e o concessionário fica responsável pela construção de toda a infraestrutura necessária para a sua operação no atendimento aos seus clientes. Nessas situações, não existe direito de indenização ou retenção por eventuais investimentos realizados pelo concessionário. O concessionário também fica responsável pela obtenção de eventuais licenças para funcionamento, inclusive ambientais, caso sejam necessárias, e pelo treinamento do seu pessoal envolvido na prestação dos serviços, podendo ser exigido pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 31 de dezembro de 2016:

Obrigações com aluguéis	Lojas em Aeroportos		Lojas fora de Aeroportos		Total Geral	
	Número de Lojas	Valor a Pagar	Número de Lojas	Valor a Pagar	Número de Lojas	Valor a Pagar
2017	35	14.464	87	13.484	122	27.948
2018	27	8.894	29	5.662	56	14.556
2019	16	4.742	14	4.184	30	8.926
2020	11	3.348	4	505	15	3.853
2021	8	1.875	2	334	10	2.209
2022	3	494	1	300	4	794
2023	1	180	1	225	2	405
2024	1	180	-	-	1	180
2025	1	180	-	-	1	180
2026	1	120	-	-	1	120
		34.477		24.694		59.171

38. Informações por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível. A administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Para fins de administração, a Companhia é dividida em três segmentos de negócio operacionais sujeitos a divulgação de informações: • Terceirização de frotas (*Fleet*): divisão responsável pelo aluguel de frotas para pessoas jurídicas por períodos que variam normalmente entre 12 e 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 25% a 50% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a divisão de "*fleet*" aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, através das lojas de semi-novos; • Aluguel de carros (*RAC*): divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas em aeroportos e fora de aeroportos. Os aluguéis são realizados para clientes pessoas físicas em viagens de negócios ou lazer e para pessoas jurídicas, incluindo companhias seguradoras. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a frota do "*rent a car*" é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através das lojas de semi-novos; • Carros alienados para renovação de frota (semi-novos): Como atividade operacional adicional, a Companhia possui estrutura para a venda dos carros desativados do seu ativo fixo em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização dos carros nas atividades de aluguel. Apresentamos a seguir as demonstrações de resultados dos negócios operacionais:

	Fleet		RAC		Semi-novos		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	327.031	280.572	356.343	322.944	595.235	521.939	1.278.609	1.125.455
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota	(134.081)	(143.215)	(203.854)	(186.984)	(556.737)	(481.309)	(894.672)	(811.508)
Lucro bruto	192.950	137.357	152.489	135.960	38.498	40.630	383.937	313.947
Comerciais	(21.916)	(16.564)	(38.863)	(26.591)	(12.326)	(11.691)	(73.105)	(54.846)
Gerais e administrativas	(23.013)	(19.888)	(50.186)	(47.557)	(10.744)	(8.373)	(83.943)	(75.818)
Honorários da administração	(3.861)	(3.609)	(1.064)	(1.108)	(1.231)	(1.173)	(6.156)	(5.890)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	299	(4.013)	(3.519)	1.374	(329)	624	(3.549)	(2.015)
Despesas financeiras, líquidas	(79.171)	(58.562)	(78.098)	(60.062)	(2.380)	(1.626)	(159.649)	(120.250)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	65.288	34.721	(19.241)	2.016	11.488	18.391	57.535	55.128

39. Eventos subsequentes: a) Aumento do capital social: Em 18 de janeiro de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital no valor de R\$18.147.092,62 (dezoito milhões, cento e quarenta e sete mil, noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), mediante a emissão de 1.560.534 (um milhão, quinhentas e sessenta mil, quinhentas e trinta e quatro) novas ações, em razão do exercício das opções de compra de ações de emissão da Companhia outorgadas no âmbito dos Planos de Opção, por meio do qual determinados administradores passaram a ser acionistas da Companhia, sendo que R\$1.000,00 (mil reais) foi alocado para a conta de capital social e o restante, alocado para conta de reserva de capital. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$752.232.884,35 (setecentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) para R\$752.233.884,35 (setecentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), representado por 56.100.928 (cinquenta e seis milhões, cem mil, novecentos e vinte e oito) ações. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nos termos dos boletins de subscrição. Na tabela a seguir demonstram-se as movimentações *pro-forma* ocorridas no patrimônio líquido em decorrência deste aumento de capital:

	Controladora e Consolidado				
	Capital social	Reserva de capital - opções	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	750.525	4.250	-	3.382	18.525
Aumento de capital social	1	-	-	-	1
Constituição de reserva de capital	-	-	18.146	-	18.146
Saldos em 18 de janeiro de 2017	750.526	4.250	18.146	3.382	18.525

A partir de 18 de janeiro de 2017, a distribuição do capital social da Companhia passou a ser a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	(%)
Principal - Gestão de Ativos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A.	18.952.852	33,79
Enterprise Holdings Brazil LLC	10.908.078	19,44
GIF IV Fundo de Investimento em Participações	8.226.488	14,66
Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações	8.226.488	14,66
Kinea Co-Investimento II Fundo de Investimento em Participações	6.169.866	11,00
Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações	2.056.622	3,67
Outros	1.560.534	2,78
Total	56.100.928	100

b) 7ª emissão de notas promissórias comerciais: As principais características da 7ª emissão de notas promissórias comerciais são apresentadas a seguir:

Aprovação da Administração	Emissão	Vencimento	Índice	Quantidade	Valor de captação	Amortizações	Garantias
		30/08/2017	1ª série			100% em	Cessão
		26/02/2018	2ª série			100% em	fiduciária de Direitos
		25/08/2018	3ª série			100% em	Creditórios oriundos de
Notas Promissórias 7ª emissão	15/02/2017	21/02/2019	2,20%	60 R\$ 60.000	2019 4ª série	100% em	Contratos de Locação de Frota.1ª

A Companhia, durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, estará sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, que sejam:

Aplicável a	Índice	Condição contratual	Restrição
7ª emissão de notas promissórias	Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA de notas promissórias	< 3,50	< 3,50
	Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado operacional entre o período de 12 meses anteriores ao determinado na respectiva emissão	> 1,50	> 1,50
	Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores ao determinado na respectiva emissão		(30)%

CONTADOR

Eduardo Ciro Leite Junior - CRC/SP 1SP293.471/O-0 - Controller

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga, nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da Unidas S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 14 de março de 2017

Carlos Horácio Sarquis - Diretor-Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor
Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor